



Demonstrações Contábeis Regulatórias

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias 1

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Balanço patrimonial 4

Demonstração do resultado 5

Demonstração do resultado abrangente 6

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 7

Demonstração dos fluxos de caixa 8

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias 9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas, Diretores e Administradores da
Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Água Vermelha Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



Shape the future
with confidence

Outros assuntos

A Água Vermelha Transmissora de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 13 de março de 2025.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

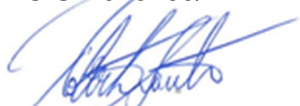
Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC RJ-093771/O

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Balanco patrimonial

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.091	10.817
Contas a receber de clientes	5	1.903	1.962
Tributos a recuperar		-	90
Outros ativos circulantes		265	384
Total do Ativo Circulante		3.259	13.253
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	6	3.170	2.924
Impostos Diferidos		23	-
Imobilizado	7	138.868	143.775
Intangíveis		4	-
Total do Ativo Não Circulante		142.065	146.699
Total do Ativo		145.324	159.952
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	5.297	17.537
Empréstimos	9	2.542	1.900
Debêntures	10	1.340	1.149
Dividendos a pagar	13	13.248	9.754
Imposto de renda e Contribuição social a pagar		175	68
Provisão para multa regulatória	12	895	2.148
Outros passivos circulantes		220	239
Total Passivo Circulante		23.717	32.795
Não Circulante			
Fornecedores	8	11.691	10.791
Empréstimos	9	89.277	91.372
Debêntures	10	24.746	24.959
Provisão para multa regulatória	12	6.150	7.045
Total Passivo Não Circulante		131.864	134.167
Patrimônio Líquido			
Capital social	13	18.519	18.519
Reserva de lucros	13	14.549	3.332
Lucros (prejuízos) acumulados	13	(43.325)	(28.861)
Total Patrimônio Líquido		(10.257)	(7.010)
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		145.324	159.952

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado do exercício

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita Líquida	15	21.973	2.646
Custos dos bens construídos e serviços prestados	16	(9.240)	(610)
Resultado operacional bruto		12.733	2.036
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais	17	(616)	(9.791)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		12.117	(7.755)
Despesas financeiras	18	(11.812)	(748)
Receitas financeiras	18	849	2.421
Resultado financeiro líquido		(10.963)	1.673
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		1.154	(6.082)
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	(918)	(891)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	11	-
Resultado líquido do exercício		247	(6.973)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	247	(6.973)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	247	(6.973)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Capital social	Reserva de Lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva de lucros	Reserva legal		
Saldo em 01 janeiro 2023		18.519	21.842	2.079	(42.477)	(37)
Lucro líquido/Prejuízo do exercício		-	-	-	(6.973)	(6.973)
Constituição de reserva		-	(20.589)	-	20.589	-
Saldos em 31 dezembro 2023		18.519	1.253	2.079	(28.861)	(7.010)
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	13	-	-	-	247	247
Constituição de reserva legal	13	-	-	735	(735)	-
Constituição de reserva de lucro	13	-	10.482	-	(10.482)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13	-	-	-	(3.494)	(3.494)
Saldos em 31 dezembro 2024		18.519	11.735	2.814	(43.325)	(10.257)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.154	(6.082)
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>		
Depreciação - imobilizado	4.911	1
Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos	6.101	6.228
Juros, variações monetárias sobre debêntures	2.989	2.949
Encargos sobre debêntures	8	8
Alterações nas provisões	-	9.193
Provisão (reversão) de contingências	(2.148)	-
Rendimento sobre aplicação financeira	(289)	-
Lucro ajustado	12.726	12.297
Variações dos Ativos e Passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	59	(1.962)
Tributos a recuperar	(55)	(456)
Ativo fiscal diferido	(12)	-
Outros ativos	119	(333)
Fornecedores e outras contas a pagar	(11.340)	(2.157)
Outros passivos	(23)	208
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.474	7.597
Imposto de renda e contribuição social pagos	(666)	(448)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	808	7.149
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	-	(17.125)
Aquisição de intangíveis	(4)	-
Títulos e valores mobiliários	43	(2.924)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	39	(20.049)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos	(1.152)	(166)
Juros pagos de empréstimos	(6.402)	(812)
Pagamento de debêntures	(1.279)	(1.498)
Juros pagos de debêntures	(1.740)	(1.743)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(10.573)	(4.219)
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	(9.726)	(17.119)
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	10.817	27.936
No final do exercício	1.091	10.817
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	(9.726)	(17.119)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Água Vermelha Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de janeiro de 2017 e domiciliada na Praia de Botafogo, 440, sala 1.801, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O objeto social é instalações de transmissão localizada no estado de Minas Gerais, compostas pelo Compensador Estático de Reativos, em 500 KV, 150/+300 Mvar, na Subestação Padre Paraíso 2, Conexões, Barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Na prestação do serviço público de transmissão, deverão ser atendidos os procedimentos de rede e suas revisões, as cláusulas estabelecidas no contrato de prestação de serviço de transmissão, celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contendo as condições técnicas e comerciais para disponibilizar as suas instalações de transmissão para a operação interligada.

Em 27 de dezembro de 2024 foi celebrado o contrato de compra e venda de ações para alienação de 100% de sua participação societária, entre os fundos VINCI Infra Transmissão Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura e VINCI Infra Coinvestimento Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, junto à Mercury Empreendimentos e Participações S.A.. O valor total da venda é de R\$ 89.900.000,00 e está sujeito a ajustes positivos ou negativos, decorrentes, dentre outros, de variação entre o endividamento líquido e capital de giro entre a data base e a data de fechamento. Apesar da natureza vinculante da transação, a sua conclusão e consumação estão sujeitas ao cumprimento de determinadas condições precedentes, como aprovação da ANEEL, credores e outras.

A Companhia em 2024 apresenta capital circulante negativo por consequência das estratégias de financiamento adotadas pela empresa e das condições de mercado. E reconhece a importância de manter uma estrutura de capital saudável, está implementado medidas para gerar caixa e melhorar o CCL, como otimização de Eficiência Operacional e Gestão de Capital de Giro. Contudo, a Administração está confiante de que, com a implementação dessas medidas, será capaz de gerar caixa suficiente para melhorar o CCL e manter uma estrutura de capital saudável a longo prazo.

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional --Continuação

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 10 de Fevereiro de 2017, foi assinado o contrato de concessão nº 05/2017 junto a ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 10 de Fevereiro de 2047, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas nos Estados de Minas Gerais, compostas pelo compressor estático de reativos, em 500 KV, 150/+300 Mvar, na Subestação Padre Paraíso 2, Conexões, Barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

A Entrada em Operação Comercial ocorreu em 14 de novembro de 2023.

A obrigação da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos é:

- (I) Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão.
- (II) Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;
- (III) Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;
- (IV) Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;
- (V) Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica--Continuação

controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

- (VI) Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e
- (VII) Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

1.3. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

2.1. Declaração de Conformidade

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual da Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica por meio da Resolução Normativa nº 933/2021, de 28 de maio de 2021.

As Demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações contábeis societárias da Companhia.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leito, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela diretoria em 27 de março de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às Demonstrações Contábeis Regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- (i) Nota explicativa 10 - Impostos Diferidos: Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido; e
- (ii) Nota explicativa 6 - Ativo de Contrato: Contabilização de contratos de concessão
- (iii) Nota explicativa 11 – Provisões para multas regulatórias

2.3.1. Estimativas e Premissas

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, além da análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada. As estimativas significativas são revistas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

3.1. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Avaliação do modelo de negócio--Continuação

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2024, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual

Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Arcoverde regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nesta norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como uma "Concessão do serviço público (ativo contratual)". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual--Continuação

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (ii) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo de concessão. Os valores da RAP garantidas são determinados pelo Operador Nacional do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual--Continuação

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, a receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.5. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas:

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Dividendos--Continuação

“I - Metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- (a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e
- (b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;”

3.6. Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.8. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.9. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.10. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de Construção, Receita de Operação e Manutenção e Receita de Remuneração sobre ativo contratual, conforme detalhado na nota 3.3. "Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual"

3.11. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.12. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

3.13. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.14. Pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações novas e revisadas

3.14.1 Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes.

As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis, sendo as principais:

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa	IAS 7	01.01.2024
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros	IFRS 7	01.01.2024

3.14.2 Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção das referidas normas.

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial		01.01.2025
CPC 18 (R3) – Investimento	IAS 28	01.01.2025
CPC 02 (R2) – Efeitos das alterações nas taxas de câmbio	IAS 21	01.01.2025
CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	IFRS 1	01.01.2025
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas	IFRS 19	01.01.2027
CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis	IFRS 18	01.01.2027

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis Companhia.

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2024	31/12/2023
Banco	40	52
Aplicação financeira (i)	1.051	10.765
Total	1.091	10.817

- (i) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco Itaú (e pelo Banco do Nordeste), que tiveram no ano de 2024, remuneração média referenciado ao CDI de 99,34% (97,40% em 2023). A carteira de fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

5. Contas a receber de clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Concessionárias e permissionárias (i)	2.097	1.962
CDE (ii)	148	-
Adiantamento de clientes	(342)	-
Total	1.903	1.962

- (i) O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP, com vencimentos de: R\$390 mil em 05/01/2025, R\$270 mil em 15/01/2025, R\$916 mil em 25/01/2025, R\$270 mil em 05/02/2025 e R\$251 mil referentes a créditos a serem recebidos.
- (ii) CDE refere-se a uma bonificação que a CCEE nos paga por adimplência e possuímos três meses em aberto os quais receberemos no decorrer do próximo exercício.

Adiantamento de cliente

Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Ciclo 2024/2025 (i)	(278)	-
Ciclo 2025/2026 (ii)	(64)	-
Total	(342)	-

- (i) Valor refere-se aos montantes homologados via resolução 3.348, na data 16/07/2024, que serão amortizados via AVC ao longo do ciclo tarifário (Jul/24 até Jul/25).
- (ii) Valor refere-se à adiantamento de montantes já conhecidos que estarão contidos na parcela de ajusta da resolução do próximo ciclo tarifário (Jul/25 até Jul/26)

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicação financeira - conta BNB (i)	3.170	2.924
Total	3.170	2.924

- (i) As aplicações em conta reserva, referem-se ao cumprimento de obrigação no contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), cuja finalidade é cobrir o principal, juros e outros custos relacionados ao Contrato de Financiamento por Instrumento Particular, no montante de R\$3.170 para 2024 (R\$2.924 em 2023).

7. Imobilizado

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto de alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado--Continuação

A composição do imobilizado em 2024 é como segue:

R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação	Valor Bruto			Depreciação acumulada			Valor Líquido	
		31/12/2023	Transferências (B)	31/12/2024	31/12/2023	Depreciação	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Em serviço									
Transmissão									
Edificações, serviços civis e benfeitorias	3,55%	-	2.837	2.837	-	(109)	(109)	2.728	-
Máquinas e equipamentos	3,63%	-	140.937	140.937	-	(4.797)	(4.797)	136.140	-
			-	-			-		
Administração									
Equipamentos de informática	20,00%	5	-	5	(4)	(1)	(5)	-	1
Subtotal		5	143.774	143.779	(4)	(4.907)	(4.911)	138.868	1
Em curso									
Transmissão									
Edificações, serviços civis e benfeitorias		18	(18)	-	-	-	-	-	18
Máquinas e equipamentos		227	(227)	-	-	-	-	-	227
Imobilizado em andamento		67.026	(67.026)	-	-	-	-	-	67.026
Adiantamento a fornecedores		352	(352)	-	-	-	-	-	352
Desenvolvimento de projetos		76.151	(76.151)	-	-	-	-	-	76.151
Subtotal		143.774	(143.774)	-	-	-	-	-	143.774
Total do Ativo Imobilizado		143.779	-	143.779	(4)	(4.907)	(4.911)	138.868	143.775

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado--Continuação

O valor líquido do ativo imobilizado é como segue:

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2024			31/12/2023
		Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Transmissão – Em serviço					
Edificações, serviços civis e benfeitorias	3,55%	2.837	(109)	2.728	-
Máquinas e equipamentos	3,63%	140.937	(4.797)	136.140	-
Administração – Em serviço					
Equipamentos de informática	20,00%	5	(5)	-	1
Subtotal		143.779	(4.911)	138.868	1
Transmissão - Em curso					
Edificações, serviços civis e benfeitorias	3,55%	-	-	-	18
Máquinas e equipamentos	3,63%	-	-	-	227
Imobilizado em andamento		-	-	-	67.026
Adiantamento a fornecedores		-	-	-	352
Desenvolvimento de projetos		-	-	-	76.151
Subtotal		-	-	-	143.774
Total		143.779	(4.911)	138.868	143.775

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Fornecedores

Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Construção EPC (i)	16.491	28.264
Serviços de terceiros	161	34
Seguro	182	25
Outros	154	5
Total	16.988	28.328
Total circulante	5.297	17.537
Total não circulante	11.691	10.791

(i) Refere-se ao saldo a um acordo com a GRID Solutions com vencimentos de R\$4.8MM em 2025 e 11.691MM em 2026

9. Empréstimos

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	31/12/2024	31/12/2023	Vencimento	Periodicidade amortização	(taxa efetiva de juros)
Financiamento BNB (i)	70.623	71.775	15/04/2041	Mensal	IPCA+2,33%
Juros	21.196	21.497			
Total	91.819	93.272			

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

Operação	31/12/2023	Juros (ii)	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31/12/2024
Financiamento BNB (i)	93.272	6.101	(1.152)	(6.402)	91.819
Total	93.272	6.101	(1.152)	(6.402)	91.819
Total circulante	1.900				2.542
Total não circulante	91.372				89.277

(i) Contrato de Financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil, número 5.2019.256.6131, programa PROINFRA, assinado em 05 de abril de 2019 no valor total de R\$71.941 com indexador IPCA e taxa de juros 2,33% a.a (podendo ser reduzido a 1,98% devido ao bônus de adimplência). O primeiro saque foi de R\$36.000 em 17 de setembro de 2020, o segundo saque foi em 25 de março de 2021 foi no valor de R\$30.000. e o terceiro saque foi de R\$5.941. Recursos captados com objetivo de implementar a linha de transmissão. Em 31 de dezembro de 2024, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas ("Covenants").

(ii) O valor de juros de empréstimos no ano de 2024 foi de R\$6.101 (R\$6.228 em 2023), no resultado foi reconhecido somente o valor de R\$421 de juros de empréstimos, e o valor de R\$5.680 foi capitalizado.

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos -- Continuação

O financiamento, classificado no passivo não circulante, tem seu vencimento assim programado:

	2024
2026	2.767
2027	2.976
2028	3.159
2029	3.274
2030 a 2041	77.102
Total	89.277

10. Debêntures

Operação	31/12/2024	31/12/2023	Vencimento	Periodicidade amortização	(taxa efetiva de juros)
2ª Emissão de Debêntures (i)	25.985	26.008	15/11/2035	Semestral	IPCA+6,62%
Juros	192	199			
Encargos de debêntures	(91)	(99)			
Total	26.086	26.108			

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Operação	31/12/2023	Juros (ii)	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Apropriação de encargos	31/12/2024
2ª Emissão de Debêntures (i)	26.108	2.989	(1.279)	(1.740)	8	26.086
Total	26.108	2.989	(1.279)	(1.740)	8	26.086
Total circulante	1.149					1.340
Total não circulante	24.959					24.746

- (i) Em 29 de novembro de 2021 a Companhia realizou emissão das debêntures, composta de principal e juros, cujo principal é atualizado pelo IPCA + 6,62% a.a., as debêntures não são conversíveis em ações e com vencimento em 15 de novembro de 2035. Foram emitidas 2.350 debêntures no valor nominal unitário de R\$10, totalizando em R\$23.500. As debêntures têm por objetivo o investimento no projeto de linha de transmissão. Não houve descumprimento de obrigações da emissora perante os debenturistas e os índices de cobertura do serviço da dívida previstos no item 13 da cláusula 6 da escritura de debêntures da Água Vermelha Transmissora de Energia, datada de 25 de novembro de 2021.

- (ii) O valor de juros de debêntures no ano de 2024 foi R\$2.989 (R\$2.949 em 2023). No resultado o valor total foi capitalizado.

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Debêntures -- Continuação

As debêntures têm seus vencimentos do longo prazo, sem os efeitos do custo apropriar, assim programados:

	31/12/2024
2026	1.226
2027	1.280
2028	1.319
2029	1.445
2030 a 2035	19.559
Total	24.829

11. Imposto de renda e contribuição social

11.1. Despesas Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional	20.875	2.773
Base presunção IRPJ 8%	1.670	222
Base presunção CSLL 12%	2.505	333
Outras receitas	-	-
Receitas financeiras	849	2.421
Base de IRPJ	2.519	2.643
Despesa de IRPJ	(606)	(643)
Base de CSLL	3.354	2.754
Despesa de CSLL	(301)	(248)
Despesa de IRPJ e CSLL	(907)	(891)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(918)	(891)

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Provisões para multas regulatórias

	31/12/2024	31/12/2023
Multa regulatória (i)	7.045	9.193
Total	7.045	9.193
Total circulante	895	2.148
Total não circulante	6.150	7.045

- (i) A Companhia opera sobre o Contrato de Concessão nº 05/2017-ANEEL, que inicialmente estabelecia a entrada em Operação Comercial das instalações de transmissão em 09 de fevereiro de 2022. Contudo, a Companhia efetivamente iniciou suas operações em 14 de novembro de 2023, resultando em um atraso em relação à data estipulada no cronograma do contrato de concessão. Ocorrendo atrasos nos marcos intermediários informados pela Companhia no cronograma proposto ou na entrada em operação comercial das instalações de transmissão contratadas, a Companhia está sujeita às penalidades previstas na legislação e no Contrato de Concessão. No caso concreto, ocasionou um atraso de 643 (seiscentos e quarenta e três) dias, implicando a penalidade de multa estimada de 4,73% do total do investimento da operação, alcançando um montante de R\$ 9.372 em 31.12.2023, deste valor R\$ 3.043 começou a ser descontado em 18 parcelas mensais a partir de 12/2023, no valor de R\$179.

13. Patrimônio líquido

Capital Social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2024 e 2023 é representado somente por ações ordinárias:

	Capital social					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Vinci Infra Co investimentos	7.407.700	7.408	40%	7.407.700	7.408	40%
Vinci Infra Transmissão	11.111.301	11.111	60%	11.111.301	11.111	60%
	18.519.001	18.519	100%	18.519.001	18.519	100%

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.Patrimônio líquido -- Continuação

Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido/Prejuízo do exercício societário	14.711	(20.589)
Base da reserva legal	14.711	(20.589)
Reserva legal (5%)	735	-
Saldo inicial	2.079	2.079
Calculado no ano	735	-
Total	2.814	2.079

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Conforme divulgado no estatuto social da Companhia, “do saldo, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório”.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido/Prejuízo do exercício societário	14.711	(20.589)
Reserva legal (5%)	(735)	-
Base para dividendos	13.977	(20.589)
Alíquota	25%	25%
Dividendos mínimos propostos	3.494	-

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido - Continuação

Composição do saldo de dividendos a distribuir:

	31/12/2023	Dividendos mínimo obrigatório	31/12/2024
VINCI Transmissão/Coinvestimento	9.754	3.494	13.248
Total	9.754	3.494	13.248

Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	14.711	(20.589)
Reserva legal (5%)	(735)	-
Dividendos mínimos propostos	(3.494)	-
Reserva de lucros	10.482	(20.589)
Saldo inicial	1.253	21.842
Calculado no ano	10.482	(20.589)
Total	11.735	1.253

Prejuízos acumulados

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(28.861)	(42.477)
Lucro/prejuízo do exercício regulatório	247	(6.973)
Dividendos propostos	(3.494)	-
Constituição da reserva de legal	(735)	20.589
Constituição da reserva de lucros	(10.482)	-
Saldo final	(43.325)	(28.861)

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão Contingente

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui processos com prognóstico de perda provável ou possível.

15. Receita operacional líquida

Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita anual permitida	23.023	2.773
Encargos do consumidor	(289)	(28)
PIS / COFINS Corrente	(761)	(99)
Total	21.973	2.646

16. Custos dos bens construídos e serviços prestados

Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo com serviços de terceiros	(3.302)	(407)
Custo com matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(430)	-
Custo com seguros	(332)	-
Custos depreciação	(4.911)	-
Demais custos	(265)	(203)
Total	(9.240)	(610)

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Outras despesas e outras receitas operacionais

Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros	(544)	(563)
Tributos	(21)	-
Gastos diversos	(51)	(33)
Multas contratuais e regulatórias (i)	-	(9.195)
Outras receitas e despesas operacionais	(616)	(9.791)

(i) Valor refere-se a provisão de multa regulatória devido ao atraso no início da entrada em operação comercial, conforme detalhado na nota explicativa 12.

18. Resultado financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Juros sobre empréstimos	(6.101)	(631)
Juros sobre debêntures	(2.989)	-
IOF, Comissões e taxas	(1.957)	(115)
Outras despesas financeiras	(765)	(2)
Despesas Financeiras	(11.812)	(748)
Receita com aplicações financeiras	779	2.377
Outras receitas financeiras	70	44
Receitas Financeiras	849	2.421
Resultado financeiro líquido	(10.963)	1.673

19. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	31/12/2024	31/12/2023
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	2	1.091	10.817
Títulos e valores mobiliários	2	3.170	2.924
Passivo mensurados pelo custo amortizado			
Empréstimos	2	91.819	93.272
Debêntures	2	26.086	26.108
Fornecedores	2	16.988	28.328

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

19.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

b) Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. O índice de endividamento é de 4,22% em 31 de dezembro de 2024.

c) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

19.1. Fatores de risco financeiro -- Continuação

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

19.2. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Seguradora	Modalidade	Importância segurada	Período de Vigência
Tokio Marine (i)	Riscos Operacionais	92.759	15/11/2024 até 15/11/2025
Chubb Seguros (ii)	Responsabilidade Civil	10.000	14/11/2024 até 14/11/2025
Chubb Seguros (iii)	Seguros - D&O	10.000	25/10/2024 até 25/10/2025

- (i) Seguro de riscos operacionais, com apólice 960 0000003239, emitido pela Tokio Marine Seguradora, com limite máximo de indenização de R\$ 92.759 milhões e um prêmio anual no valor de R\$ 182.203.
- (ii) Seguro de responsabilidade civil, com apólice 16.51.0042525, emitido pela Chubb Seguros, com limite máximo de indenização de R\$ 10 milhões e um prêmio anual no valor de R\$ 20.335.
- (iii) Seguro de D&O, com apólice 17.10.0023463.12, pela Chubb Seguros, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R\$ 10 milhões e um prêmio anual no valor de R\$ 20.727.

Encontram-se também garantidos por esse contrato de seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

21. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações contábeis societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador, apresentada no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933/2021, de 28 de maio de 2021. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Notas	31/12/2024 Regulatório	Ajuste	31/12/2024 societário	31/12/2023 Regulatório	Ajuste	31/12/2023 societário
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		1.091	-	1.091	10.817	-	10.817
Contas a receber de clientes		1.903	-	1.903	1.962	-	1.962
Tributos a recuperar		-	-	-	90	-	90
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(i)	-	22.765	22.765	-	21.125	21.125
Outros ativos circulantes		265	-	265	384	-	384
Total do Ativo Circulante		3.259	22.765	26.024	13.253	21.125	34.378
Não Circulante							
Realizável a longo prazo							
Títulos e valores mobiliários		3.170	-	3.170	2.924	-	2.924
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(i)	-	171.615	171.615	-	160.704	160.704
Impostos Diferidos	(iii)	23	(23)	-	-	-	-
Imobilizado	(ii)	138.868	(138.868)	-	143.775	(143.774)	1
Intangíveis	(ii)	4	-	4	-	-	-
Total do Ativo Não Circulante		142.065	32.724	174.789	146.699	16.930	163.629
Total do Ativo		145.324	55.489	200.813	159.952	38.055	198.007
Passivo							
Circulante							
Fornecedores		5.297	-	5.297	17.537	-	17.537
Empréstimos		2.542	-	2.542	1.900	-	1.900
Debêntures		1.340	-	1.340	1.149	-	1.149
Dividendos a pagar		13.248	-	13.248	9.754	-	9.754
Imposto de renda e Contribuição social a pagar		175	-	175	68	-	68
Provisão contingente	(i)	895	(895)	-	2.148	(2.148)	-
Outros passivos circulantes		220	-	220	239	-	239
Total Passivo Circulante		23.717	19.714	22.822	32.795	(2.148)	30.647
Não Circulante							
Fornecedores		11.691	-	11.691	10.791	-	10.791
Empréstimos		89.277	-	89.277	91.372	-	91.372
Debêntures		24.746	-	24.746	24.959	-	24.959
Provisão contingente	(i)	6.150	-	6.150	7.045	(895)	6.150
Impostos Diferidos	(iii)	-	13.059	13.059	-	12.237	12.237
Total Passivo Não Circulante		131.864	(7.550)	144.923	134.167	11.342	145.509
Patrimônio Líquido							
Capital social		18.519	-	18.519	18.519	-	18.519
Reserva de lucros		14.549	-	14.549	3.332	-	3.332
Lucros (prejuízos) acumulados	(iv)	(43.325)	43.325	-	(28.861)	28.861	-
Total Patrimônio Líquido		(10.257)	43.325	33.068	(7.010)	28.861	21.851
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		145.324	55.489	200.813	159.952	38.055	198.007

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	Notas	31/12/2024 Regulatório	Ajuste	31/12/2024 societário	31/12/2023 Regulatório	Ajuste	31/12/2023 societário
Receita Líquida	(v)	21.973	9.945	31.918	2.646	480	3.126
Custos dos bens construídos e serviços prestados	(vi)	(9.240)	4.906	(4.334)	(610)	(8.580)	(9.190)
Resultado operacional bruto		12.733	14.851	27.584	2.036	(8.100)	(6.064)
Despesas e receitas operacionais							
Outras despesas e receitas operacionais	(vi)	(616)	-	(616)	(9.791)	3.045	(6.746)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		12.117	14.851	26.968	(7.755)	(5.055)	(12.810)
 Despesas financeiras	(vii)	(11.812)	-	(11.812)	(748)	(8.546)	(9.294)
Receitas financeiras		849	-	849	2.421	-	2.421
Resultado financeiro líquido		(10.963)	-	(10.963)	1.673	(8.546)	(6.873)
 Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		1.154	14.851	16.005	(6.082)	(13.601)	(19.683)
 Imposto de renda e contribuição social correntes		(918)	-	(918)	(891)	-	(891)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(iii)	11	(387)	(376)	-	(15)	(15)
Resultado líquido do exercício		247	14.464	14.711	(6.973)	(13.616)	(20.589)

(i) Ativo de contrato e concessão

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

(i) Ativo de contrato e concessão--Continuação

a) Receita de implementação da infraestrutura – Serviços da implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão – Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto então sofre alterações posteriores.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção – Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

Considerando que para fins regulatórias, deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo as impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

(ii) Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórias deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linha de transmissão são registrados como ativo imobilizado e intangível, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações contábeis societárias, o ativo imobilizado e o ativo intangível da Companhia, foram reconhecidos como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais. As premissas específicas para o ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais, reconhecidos na contabilidade regulatória são garantir que não sejam refletidos os impactos da adoção do CPC 47 e que os valores estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL. Como a Companhia não está sujeita à revisão tarifária os valores considerados são os custos históricos.

O intangível de concessão refere-se à alocação de mais valia decorrente das combinações de negócios registradas pela Companhia. Para fins societários, esse saldo é classificado como ativo de contrato.

(iii) Impostos e contribuições sociais correntes e diferidos

Os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 e CPC 06 (R2) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL correntes e diferidos.

(iv) Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrentedo efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

Patrimônio líquido societário

Ativo de contrato de concessão (CPC 47)

Provisão contingente (CPC 47)

Imobilizado, intangível e investimentos (CPC 47)

Impostos diferido (CPC 47)

Patrimônio líquido regulatório (Passivo a descoberto)

	31/12/2024	31/12/2023
	33.068	21.851
	(194.380)	(181.829)
	(895)	(3.043)
	138.868	143.774
	13.082	12.237
	(10.257)	(7.010)

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

(v) Receita

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro de concessão, quando aplicável, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

(vi) Custos e despesas operacionais

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de implementação de infraestrutura e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional, são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

As despesas de multa de dosimetria referente ao atraso na entrada em Operação Comercial, reconhecidas para fins regulatório, são descontadas mensalmente nos AVC emitidos pela Aneel.

(vii) Despesas financeiras

As despesas financeiras com juros foram capitalizados na contabilidade regulatória, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custos de Empréstimos, os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão devem ser registrados como despesa no período em que são incorridos, a menos que o concessionário tenha o direito contratual de receber um ativo intangível (direito de cobrar os usuários dos serviços públicos). Nesse caso, custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão devem ser capitalizados durante a fase de construção, de acordo com aquele Pronunciamento Técnico.

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

Resultado líquido do exercício

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido societário	14.711	(20.589)
Receita Líquida (CPC 47)	(9.945)	(480)
Custo operacionais - Materiais (CPC 47)	(4.906)	8.580
Outras despesas e receitas operacionais (CPC 47)	-	(3.045)
Despesa financeira - Juros (CPC 47)	-	8.546
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	387	15
Resultado líquido regulatório	247	(6.973)

22. Evento subsequente

A Companhia não reconhece nenhum evento subsequente relevante até o levantamento das Demonstrações financeiras.

* * *

Diretoria executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora

Vagner Alexandre Serratto
Diretor

Responsável técnico pelas Demonstrações Contábeis Regulatórias

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9